PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMH
5ª GESTÃO

Data da Reunião: **27 de novembro de 2014**
Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório da Sala 102 – Centro – SP

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano 2014, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 5ª Gestão 2014/2016, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as) do Poder Público**: José Floriano de Azevedo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marco Antônio Biasi (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); Marlene Fernandes da Silva Miamoto (Conselheira Poder Público/SEL); João Abukater Neto (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Jair José Rodrigues (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Mazzini Marcondes(Conselheira Poder Público/SEMPLA) ; Patrícia Rodrigues da Silva (Conselheira Poder Público/SEMPLA); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Ricardo Rezende Garcia (Conselheiro Poder Público/SIURB); Cristiane Genofre Zabatiero (Conselheira Poder Público/SEMDET); Alberto Kleinas (Conselheiro Poder Público/SEMDET); Taís Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO) e Eduardo Trani (Conselheiro Poder Público/CDHU). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: José de Abraão (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); José de Jesus F. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); Sidnei A. Euzébio Pita (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Benedito R. Barbosa (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Mov. de Moradia R. Sudeste); Maria B. Rocha Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. de Moradia R. Sudeste); Felícia Mendes Dias (Cons. Mov. Populares/Assoc. Morar e Preservar da Chác. do Conde F. I); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Maria Aparecida Ferreira (Conselheira Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Eliete Calisto da Cruz (Conselheira Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Edinalva Silva Franco Pereira (Cons. Mov. Populares/AMMPT); Manuel Moruzzi (Conselheiro Mov. Populares/AMMPT); Guiomar Carlos dos Santos (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); José Alves Dias (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); João Alexandre da Silva (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Edson Morais dos Santos (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Maksuel José Costa (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Dalva Maria de Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Luiz Garcia Maldonado (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB); Fabiana Almeida Oliveira Campos (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB); Maria Aparecida Pontes (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte) e Arlindo Rodrigues da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Débora Sanches (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes SP); Julia Azevedo Moretti (Conselheira Soc. Civil/PUC SP); Celso Aparecido Sampaio (Conselheiro Soc. Civil/IAB-SP); Alexandre Marques Tirelli (Conselheiro Soc. Civil/SCIESP); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Élcio Sigolo (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral (Conselheira Soc. Civil/PEABIRU); Talita Alana Barbosa (Conselheira Soc. Civil/USINA); Flávio Carvalheiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Luciana Bedeschi (Conselheira Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Maria dos Anjos Brás dos Santos (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos); Natasha Mincoff Menegon (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB) e Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Convidados (as)**: Antônio Nonato Rosetti (SEHAB); Ana Maria Maluf Moussalli (SECMH/SEHAB); Celso Santos Carvalho (SGM); Ivaldo Silva (COHAB); Osmar Silva Borges (COHAB); Vera Lúcia Silveira Rosa de Barros (SECMH/GAT); Rozim de B. Silva (FLM - Frente de Luta); João Neto do Bonfim (Assoc. Vista Linda); Manoel Santos Silva (ACZL); Lucy Earle; Irineu Freire Santana; Nathalia Guimarães Lourenço (ATAJ-SEHAB); Marcos; Andreia Dias (COHAB/SP); Wellington Sendas (SCIESP); Elenizia Pereira Simões (Assoc. Moradia da Parada de Taipas); Patrícia Rodrigues (SEMPLA); Rubens Marcelino (ACRL); Antônio José de Araújo (SAM-MNLM-BR); Daiana da Silva (FLM); André Tavares Ferraz (Faculdade de Direito – USP); José Felinto (COHAB-SP); Fabiana A. Rodrigues (Escritório Modelo – PUC); Sylvia Forato (COHAB-SP); Maria Cristina Lattari (Faculdade de Arq. Escola da Cidade); Renata Milanesi (COHAB-SP); Antônio P. Sousa (MUHAB/FEPAC); Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de SP); Elisabete Silveira (SMNM); Vander Lúcio (MSTI); Valéria da Silva do Nascimento (AGM); Emerson Júnior (MMPT); Cleide Tassitani (MMPT); Antônio M. Oliveira (COHAB-SP); Verônica Kroll (Fórum de Cortiços); Maria José Barros; Pedro de Lima Marim (SEMPLA); Flávia Brito; Carmela Darco (Associação); David Garcia (MSTI); Uramide Cruz (Ceprocig - CMP); Savério Orlandi (COHAB-SP); Waldir Ribeiro (Urbania); Claudemir Maurício Gomes (AssocMulheres do Grajaú) e Roberto Carlos. **Ausentes os Conselheiros (as):** João Leopoldo Wernek de Camargo (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Maria Tereza Soares Silveira (Conselheira Poder Público/SEHAB); Maria Rosa Lazinho (Conselheira Poder Público/SEL); José Jacques Namur Yazbek (Conselheira Poder Público/COHAB); Helena Strada Nosek (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Rodrigo Juncal Rossler (Conselheiro Poder Público/SIURB);

Fernando José Dias Corrêa (Conselheiro Poder Público/SF); Davilson Miserlian Lopes (Conselheiro Poder Público/SF); Nuria Pardilhos Vieira (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Marcos Rodrigues Penido (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Reinaldo Iapequino (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Valdeci Gomes (Conselheiro Mov. Pop./ULC); Rosana do Carmo Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Morar e Preservar Chác. do Conde F1); Leandra Gujev de Carvalho (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); Valmir Vaz Santos (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraíso); Edson Urias Tomaz (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraíso); Maria Elena Ferreira da Silva (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Ércio José Rodrigues (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Francisco C. Barros (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Alberto G. de Oliveira Vieira (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Luiza Naomi Iwakami (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP); Rafael Conde Macedo (Conselheiro Soc. Civil/PUC -SP); Flávio Tadeu Adriano Niel (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Cristiano Goldstein (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Abelardo Campoy Diaz (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Hamilton de França Leite Júnior (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Soc. Civil/PEABIRU); Renato Roberto Ribeiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Margareth Matiko Uemura (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis); Antônio Carlos Dolácio (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP) e Ariovaldo Lopes de Souza (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP). **Ausências justificadas dos Conselheiros (as):** José Milton Dallari Soares (Conselheiro Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Antônio Marsura (Conselheiro Poder Público/CEF); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/IAB-SP); Erildo Xavier Feigel (Cons. Sociedade Civil/SCIESP) e Flávio Higuchi Hirao (Cons. Sociedade Civil/USINA). **Pauta da reunião:** 1) Aprovação da ata da 2ª Reunião Extraordinária do CMH, realizada em 16 de outubro de 2014; 2) Apresentação da Proposta Orçamentária da SEHAB para o exercício de 2015. (Conselheira responsável: Denise Lopes de Souza); 3) Reapresentação da Solicitação de Voto CMH nº 09/14 (2ª Versão) – Minuta de Resolução do CMH, que altera em parte a Resolução CMH nº 31/2007e a Instrução Normativa nº 02/2009, aprova alteração de prazos e reajuste de valores do subsídio do Programa Parceria Social, regulamenta os valores do Auxílio Aluguel, estabelecidos pela Portaria SEHAB nº 114/14, e recomenda a alteração de prazos e o atendimento de vítimas de conflitos fundiários, despejos forçados e violência doméstica na mesma Portaria SEHAB nº 114/2014. (Conselheiros responsáveis: Benedito Roberto Barbosa e Júlia Azevedo Moretti); 4) Solicitação de voto CMH nº 13/2014 – Propõe autorizar a aferição de custo e adoção de condições de financiamento específicas para os mutirões Vista Linda e Pedra Bonita, produzidos em regime mútuo. (Conselheiro responsável: Caio Santo Amore); 5) Apresentação do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. (Conselheiro Responsável: João Abukater Neto) e 6) Outros assuntos. O Sr. Floriano dá início aos trabalhos. **Sr. Floriano -** Boa tarde a todos. Queria agradecer a presença de todos. Tivemos o pedido de vários conselheiros para que se estabelecesse um tempo máximo para cada pessoa falar. A sugestão da Mesa é que cada um tivesse no máximo três minutos. Quem concorda com três minutos, dos titulares, levantem a mão, por favor. (Todos concordam) Então, cada um que quiser falar vai ter no máximo três minutos. Irei dar a palavra à Ana Maria, que irá conduzir a reunião. **Sra. Ana Maria** – Boa tarde a todos. O primeiro item da pauta é a aprovação da ata da 2ª Reunião Extraordinária do CMH, realizada em 16 de outubro de 2014. Todos concordam com o texto que foi enviado? (Não há manifestação contrária) Aprovada à ata por todos os presentes. O segundo item da pauta é a apresentação feita pela Conselheira Denise Lopes de Souza, da proposta orçamentária da Secretaria de Habitação para o exercício de 2015. Com a palavra Denise. **Sra. Denise** - Boa tarde. Essa apresentação da proposta orçamentária para 2015 vai abordar, num primeiro momento, a apresentação do orçamento da Prefeitura como um todo, em grandes números, para que seja entendido onde está a parcela proposta para a habitação no orçamento do ano que vem, que já está na Câmara Municipal dos Vereadores. Para apresentar essa primeira parte, do orçamento geral da Prefeitura, convido Pedro de Lima Marin, que é da COPLAN. **Sr. Pedro** - Boa tarde a todos e todas. Agradeço a oportunidade de estar aqui. (O Sr. Pedro de Lima Marin faz a apresentação referente ao orçamento da Prefeitura). **Sra. Denise** – (A Sra. Denise faz a apresentação referente ao orçamento da Habitação). **Sra. Ana Maria** – Passamos ao terceiro item da pauta. Reapresentação da Solicitação de Voto CMH nº 09/14 (2ª Versão) – Minuta de Resolução do CMH, que altera em parte a Resolução CMH nº 31/2007 e a Instrução Normativa nº 02/2009, aprova alteração de prazos e reajuste de valores do subsídio do Programa Parceria Social, regulamenta os valores do Auxílio Aluguel, estabelecidos pela Portaria SEHAB nº 114/14, e recomenda a alteração de prazos e o atendimento de vítimas de conflitos fundiários, despejos forçados e violência doméstica na mesma Portaria SEHAB nº 114/2014. Conselheiros responsáveis por esse voto: Benedito Roberto Barbosa e Júlia Azevedo Moretti. **Sra. Júlia** - Boa tarde a todos e a todas. Basicamente, a proposta tem três pontos. Um trata dos valores desse apoio habitacional, que é o Auxílio Aluguel e o Parceria. A outra questão é dos prazos desse apoio. E a outra questão é a estrutura mesmo dos programas. Hoje, o que é importante olharmos é que temos um passivo de vinte e sete mil famílias, aproximadamente, recebendo o Auxílio Aluguel. Então, hoje, temos dez anos de passivo que acumularam vinte e sete mil famílias, mais ou menos. Onde estão essas vinte e sete mil famílias? Espalhadas pela cidade, recebendo o auxílio de R$ 300,00. Algumas um pouco mais. Temos, basicamente, dois programas hoje funcionando: o Parceria e o Auxílio Aluguel. Desse universo de vinte e sete mil, só mil e quinhentas, mais ou menos, estão no Parceria. E esse número, no ano passado, era de nove mil e quinhentas famílias. O que está acontecendo? Termina o contrato de trinta meses. Acaba o Parceria e essas famílias não têm o atendimento ainda. Algumas até migraram de um programa para outro. Agora, tivemos no próprio GT dificuldades de termos um levantamento sistemático do número exato de famílias. O número exato no Parceria, conseguimos até mais facilmente. O número de famílias no Auxílio Aluguel é um pouco mais difícil de ter com tanta precisão. A grande parte dessas remoções foi porque as famílias estavam em área de risco. E outras tantas famílias, além desse passivo, poderão ser objeto de remoção. E aí temos quais programas para apoiar essas famílias que são removidas? Como eu disse, dois programas: Parceria Social e Auxílio Aluguel. Os dois programas têm uma diferença muito grande. O Auxílio Aluguel atende emergência, é um dinheiro que é liberado rapidamente. É um dinheiro que tem uma mobilidade maior, até pelas leis que o regulamentam. Mas há pouquíssimo monitoramento em termos de exigência.

A família aparece de três em três meses para ter o dinheiro. E o pagamento é dessa forma, fragmentada. De três em três meses, a família é convocada. Algumas vezes atrasa um pouco, vai um pouco para frente. Já tivemos problemas de, nesse atrasinho, a família ser despejada, enfim. O Parceria Social é um programa um pouco mais estruturado. Ele tem um controle das condições de habitabilidade da casa, onde a família vai morar, e exige um comprometimento do locador. A pessoa que vai alugar o imóvel participa da negociação, o contrato é assinado junto. Existe um acompanhamento social; as assistentes sociais da Prefeitura trabalham para fazer esse monitoramento. Então, ele é um programa um pouco mais estruturado. Bom, ninguém aqui está contra. Inclusive, a proposta de voto que está nas mãos dos senhores e das senhoras tem um pedido de fixação de prazo de 120 dias para olhar para esses programas e dizer o que queremos desses programas. Porque não podemos fechar os olhos para essas vinte e sete mil famílias, que foram desalojadas, tiradas de suas casas e muitas delas, há mais de cinco anos, recebem R$ 300,00 como apoio e estão na expectativa de receber um atendimento definitivo. Não podemos fechar os olhos para aquelas famílias e não podemos esquecer que as condições de risco e incêndios continuam existindo. O Plano Diretor fala que os programas habitacionais são vinculados ao atendimento definitivo. Então, precisamos definir o que são esses programas. Temos que definir qual a demanda, para identificar quais são as necessidades. Temos que buscar o objetivo desse programa, se é de fato o atendimento provisório. Acho que todos estamos de acordo que o nosso maior objetivo é o definitivo. Temos uma série de elementos que podemos usar para reestruturar esses programas. Muitas famílias estão passando necessidade porque o valor do aluguel, R$ 300,00, foi fixado como apoio, ou seja, não era nem para cobrir o aluguel inteiro, em 2004! Ele está congelado há mais de dez anos. Se formos olhar a curva de correção – porque ninguém está falando em aumento – pelo Índice Nacional da Construção Civil, que dá o balizamento do preço da construção e do impacto no aluguel, esse valor chegaria, hoje, outubro de 2014, a R$ 650,00. Pelo IGPM, que é fator de correção dos aluguéis, esse valor é de R$ 556 e uns quebradinhos, que os senhores têm na proposta. De acordo com os dados da Fundação João Pinheiro, hoje, na Região Metropolitana de São Paulo, o maior componente do déficit habitacional é o ônus excessivo com aluguel. Então, as famílias comprometem mais de 30% da renda pagando aluguel. São 63% na Região Metropolitana de São Paulo. Claro que o desafio, sabemos, é orçamentário. Foi mostrado aqui que há previstos R$ 98 milhões para poder pagar esses aluguéis, que dá exatamente para pagar R$ 300,00 para vinte e sete mil famílias. Nenhuma família a mais pode entrar no programa porque, senão, não temos dinheiro. É exatamente a medida. E, se formos para os R$ 560,00 que estão sendo propostos, só atendemos catorze mil. Então, de fato, teria que ter um acréscimo no orçamento, para atender a essa proposta, para R$ 180 milhões, basicamente. Mas também temos possibilidades. Nesses últimos dias, a Justiça liberou o aumento do IPTU, o que libera, para São Paulo, o dobro do valor de investimentos. E, com a renegociação da dívida, R$ 36 bilhões vão ser viabilizados para o orçamento da Cidade de São Paulo. Além disso, apesar do orçamento já estar na Câmara, ainda dá tempo de fazermos incidência na última audiência pública, que é agora, dia 9 de dezembro. E fizemos também uma consulta com a SEMPLA e verificamos que SEHAB pode aportar recursos ao longo do ano. Então, é possível suplementar. Dá para trabalharmos dentro da legalidade, da Lei de Orçamento, com aumento de recursos. E temos, claro, a aprovação de uma resolução. Em outros momentos deste próprio Conselho, o próprio João Abukater nos pediu para aprovarmos uma resolução aqui, que seria usada como estratégia de pressão para pedir esses suplementos, para dizer que o Conselho entende que é importante, que o Conselho prioriza essa questão. Então, usar essa resolução como forma, inclusive, de pressão, para suplementar e mudar o orçamento. Em relação ao prazo, que o prazo não seja só os trinta meses, porque muitas famílias, terminando os trinta meses do Parceria, não têm atendimento definitivo e ficam sem o atendimento provisório. Foi feito um estudo pela SIURB, na Prefeitura de São Paulo, que mostra que no Minha Casa Minha Vida, que é a maior fonte de produção de unidades no Plano de Metas, levam-se, mais ou menos, uns cinco anos para poder ficar pronta a unidade habitacional. Se o nosso objetivo é de fato apoiar a política habitacional e usar o aluguel como forma de alavancar e instrumentalizar o acesso à unidade habitacional de famílias de baixa renda ou garantir o atendimento dos grupos mais vulneráveis, para que tenham acesso, não podemos limitar o prazo do atendimento. E o desafio é conseguir fazer com que essas famílias fiquem nesse atendimento provisório o menor tempo possível. Esse certamente é o objetivo de todos aqui. E aí, para isso, temos várias possibilidades. Buscar, por exemplo, a priorização da regularização, potencializar outros programas, por exemplo, o Carta de Crédito. A pessoa pode pegar esse dinheiro e comprar a unidade que está pronta no mercado, que está vazia, e sair da fila do provisório. Considerando esses contextos, esses desafios e essas possibilidades, está sendo solicitado por mim e pelo Conselheiro Benedito: que o reajuste do aluguel, pelo valor do IGPM, que é o índice oficial de correção dos contratos, passe de R$ 300,00, para R$ 558,00; que o prazo desse atendimento seja até o atendimento definitivo, e que estabeleçamos um prazo de 120 dias, com o apoio da Prefeitura, subsidiando todas as informações necessárias, para que possamos reestruturar os programas de apoio, para que eles de fato possam ser programas transitórios, disponibilizados de acordo com as necessidades da família. Porque pode haver famílias que às vezes precisem de mais ou de menos. Então, para que possamos criar, talvez, escalas de aluguéis, talvez priorizar, como priorizamos no Minha Casa Minha Vida, por vulnerabilidade, enfim, para que possamos trabalhar de forma mais coerente e consistente todos esses programas. **Sr. Dito** - Temos dialogado com o Celso Carvalho, com o pessoal da Prefeitura. Gostaríamos, inclusive, de termos sido chamados pelo Secretário de Habitação, Floriano, mas não nos chamou. Mas fomos chamados pela Secretaria de Habitação, a Mariana, a Dra. Vera. Trabalhamos nesse debate bastante também no GT de Favelas. E trouxemos aqui essa proposta para o Conselho Municipal de Habitação porque achamos que existem dois níveis de pressão sobre a política, de forma mais geral. Existem grupos organizados que têm muita capacidade de pressão. Inclusive, são os que compõem este Conselho Municipal de Habitação, representando os empresários, os movimentos sociais, as ONGs e tudo mais. E existem grupos muito fragilizados que têm muito pouca capacidade de pressão, até pelo seu grau enorme de fragilização. Existem famílias que, muitas vezes, não têm condições. Então, estamos aqui fazendo um apelo à sensibilidade do Conselho para que votem essa resolução. Dialogamos também com os companheiros do MUHAB e as outras articulações do Conselho, para que apóiem a nossa representação. Houve também um pedido e uma preocupação da Dona Cida e da Verônica também, em relação à recomendação do voto sobre o atendimento das famílias vítimas de despejos e conflitos fundiários. E estamos

retirando a recomendação do atendimento de famílias vítimas de despejos do voto, e vamos apresentar um voto separadamente, com o GT Conflitos, para fazer essa discussão com mais conteúdo. Queremos reforçar a proposta da atualização monetária e também a questão do atendimento definitivo das famílias que perderam. E garantir o diagnóstico que estamos esperando há dois anos, desde o primeiro dia de Governo, sobre essa situação. E estamos aí aguardando um encaminhamento para que possamos, de fato, ter uma visão definitiva e uma solução para essas famílias ameaçadas, despejadas e fragilizadas nas favelas e cortiços de nossa cidade. **Sr. Maksuel** - Nós também, o MUHAB, Movimento Unido pela Habitação da Cidade de São Paulo, temos essa preocupação quando se diz respeito ao aumento da questão do Parceria Social ou do Bolsa Aluguel ou do Aluguel Emergencial. Queremos que aumente. Não estamos contrários a isso. Mas ficamos preocupados, justamente, se haveria o aporte financeiro para garantir o atendimento das famílias. Nos últimos meses, os movimentos, as comunidades, vêm sofrido porque vem sendo encerrado o programa. Depois de trinta meses, está sendo encerrado. As assistentes sociais estão visitando a casa das pessoas e estão comprovando, em muitos casos, a necessidade da continuidade de recebimento. E, quando vêm à Central de Habitação, as pessoas que estão atendendo dizem que não vai haver continuidade. Estamos recebendo casos nas associações, nos movimentos, de despejos, porque a pessoa contava com aquele recurso para pagar o aluguel e não se preparou para o final do programa. Dentro disso, gostaria de apresentar um documento à Mesa, que já está em concordância com o Dito. Já conversamos com ele e gostaríamos de colocar um adendo à questão da solicitação do voto. (Lê): "Considerando os últimos levantamentos de dados de famílias que estão sendo atendidas ou estão previstas para o atendimento do Parceria Social ou do Auxílio Aluguel, que variam entre vinte e sete a trinta mil pessoas, famílias a serem beneficiadas pelo programa, e que, nos últimos meses, centenas de famílias tiveram seu benefício cortado devido terem chegado aos trinta meses de atendimento, pedimos a esta Secretaria a revisão de todos os beneficiados, assim comprovando realmente o mérito para o recebimento do mesmo. Sendo que, dessas famílias que tiveram seus benefícios cortados, muitas delas se enquadram nos critérios básicos para a continuidade do atendimento no programa, sendo mães de famílias solteiras, idosos, portadores de deficiência física ou de doenças crônicas graves. Com isso, pedimos, imediatamente, a qualificação para continuidade do atendimento a essas famílias, enquadrando-as no parágrafo 2º da referida solicitação de voto, que altera o prazo de atendimento do programa de trinta meses, com renovações até o atendimento definitivo". Não estamos pedindo o atendimento de famílias que não necessitam. Neste momento, nossa preocupação é continuar atendendo as famílias que realmente precisam do programa. **Sr. Floriano** - Desde o segundo semestre do ano passado, quando terminava o Programa Parceria e recebíamos informações da alta vulnerabilidade social da família, pedíamos aos técnicos da Coordenação de Assistência Social para fazer uma visita à casa da pessoa. Se comprovavam, realmente, a instabilidade social dessa família, migrávamos do Programa Parceria, porque o Conselho não havia sido eleito. Migramos muitas famílias do Parceria Social e colocamos no Aluguel Social; as inscrevemos no atendimento social. Então, continua valendo, até que qualquer coisa se resolva aqui, no Conselho, até que o voto seja favorável a outra decisão. Se houver algum caso, em qualquer lugar, em qualquer movimento, de alta vulnerabilidade social, tragam-nos o nome, que nosso pessoal da Assistência Social verifica a situação da família. Colocamos no Aluguel Social e damos o atendimento dentro da nossa programação. E, até 25 de janeiro, temos o compromisso de dar publicidade às vinte e sete mil famílias que estão no Aluguel Social, dentro do site do Habisp, indicando a todas elas onde vão morar. Todas essas vinte e sete mil famílias que hoje recebem Aluguel Social e Parceria Social vão estar contempladas com uma unidade habitacional dentro do programa da Secretaria da Habitação, cujo atendimento será feito até 2016. Elas terão prioridade, inclusive seguindo os critérios nacionais e os critérios que o Conselho votou também há um mês. A ideia é realmente diminuir cada vez mais as despesas com o Aluguel Social, favorecendo a construção habitacional, para que essas sejam mais rápidas e para que consigamos entregar em tempo hábil, diminuindo esse custo absurdo que temos com o Aluguel Social e com o Parceria Social. Sobre a informação da SIURB, sobre cinco anos que demoram para construir uma unidade habitacional, essa informação está desatualizada. Desde o ano passado, quando entramos na secretaria, junto com a equipe de Governo, criamos um monitoramento semanal de aprovação de projetos. E os senhores têm visto aí casos em que a pessoa entrou em fevereiro num projeto habitacional, foi aprovado no mês passado e já assinamos com a Caixa Federal o início das obras. E as obras estão em andamento. Então, esse prazo diminuiu muito, entre a aprovação dos projetos e a contratação através do Programa Minha Casa Minha Vida. **Sra. Nilda** - Estamos discutindo uma proposta baseada no orçamento que vamos conseguir. De onde irá sair esse dinheiro do reajuste? A preocupação maior nossa aqui é nos organizarmos para fazer uma grande presença no dia 09, a data da audiência, na Câmara Municipal, porque o mais importante para nós aqui não é aprovar reajuste antes de termos o dinheiro. Acho que a proposta, Dito e Júlia, é muito boa. Estou de acordo. Só acho que não adianta aprovarmos essa proposta agora sem ter orçamento. Fiquei horrorizada ao saber que é esse o orçamento que temos para habitação. O que vamos construir com esse orçamento? É vergonhoso! No dia 9, acho que temos que fazer um grande evento ali, com a presença das lideranças. **Sr. Sidnei** - Quando o Governo nos trouxe que iria diminuir a questão do Parceria Social, mas, que iria produzir habitação, acredito que um grande grupo aqui, se houve habitação, não foi para essas pessoas aqui, do MUHAB, da União. Então, acho que temos que olhar o orçamento, mas ele é uma responsabilidade do Governo! É uma responsabilidade da cidade! Tenho certeza de que todos os companheiros aqui fizeram isso: nos projetos do Governo Federal, que não entrou um centavo da Prefeitura, pegamos as pessoas que estavam já no final do Parceria e migramos para o projeto, para não irem para a rua. E aí não conseguimos fazer com todos porque eram muitos. Nós, movimentos, fizemos a parte do Governo! É pressão dia 9? É! Mas vamos fazer pressão no Governo também. Vamos fazer pressão, porque, em dois anos, existem vinte e sete mil na fila do Parceria. E duzentas e quarenta mil na fila para moradia. Não acredito que, em dois anos que faltam de gestão, vamos produzir moradia para esse povo que está no Parceria e mais para as duzentas e quarenta mil, que estão na fila. Vamos brigar para trazer o dinheiro do IPTU, vamos brigar para virem outras fontes, de outros lugares, para podermos produzir habitação na cidade. **Sra. Mariana** - Quando discutimos o orçamento, não estamos discutindo o orçamento de um pedaço da cidade ou de uma pauta da cidade. Estamos discutindo a cidade como um todo. E isso, para nós, da Secretaria do Planejamento, é uma

questão muito importante de destacar porque o orçamento é um processo que se dá entre o Executivo e o Legislativo, com muita participação social. Fizemos um processo de dois meses de discussão de planejamento, com o Conselho que tem representação de todos os conselhos da cidade, com audiência pública em todas as subprefeituras e, agora, estamos em discussão no Legislativo. Temos uma avaliação que nosso Governo tem que recuperar a capacidade de investimento, porque essas questões que estamos falando de construir casas são coisas que investimento, e não custeio, vai garantir. E tivemos mesmo boas notícias para nossas finanças, só que essas boas notícias já estavam previstas na nossa Lei Orçamentária. Existe uma fonte lá, a Fonte 07, que era aquela receita que estava condicionada. Então, no que essa despesa está condicionada? Está condicionada no aumento de uma receita, que é justamente IPTU. E esse valor está previsto para investimento. Não estamos com o valor do IPTU livre, como não estamos como valor da dívida, que nem foi regulamentado, livre. Em nosso planejamento, temos priorizado a questão da solução definitiva. Para isso, precisa de investimento. Temos priorizado alavancar recursos para aquilo que vamos conseguir, garantir recursos federais. Então, os senhores estavam falando que temos que trazer mais recursos. Exatamente. Então, se tirarmos recursos de desapropriação, que podem beneficiar o Minha Casa Minha Vida, não estamos trazendo mais recursos. E temos que dar continuidade ao que está em andamento. A questão da suplementação, que a Júlia colocou, temos uma conjuntura econômica em que não temos previsão de muita receita. Não há como prever suplementação. A discussão de Aluguel Social ou a discussão do Parceria, vamos discutir bastante, mas pensando o que não vamos fazer e não o que vamos fazer a mais. Porque a mais não existe quando discutimos orçamento. Um ponto em que eu e a Júlia temos muito entendimento: não dá para discutir a solução definitiva sem discutir a solução provisória. Temos que discutir o Aluguel Social. Mas acho que essa é uma discussão que temos que fazer no contexto político de desenho de um programa e não meramente discutir o aumento, que, no mérito, é muito válido, mas precisamos entender isso nesse contexto maior. **Sra. Denise** - Bons programas, quando são enxergados como bons programas, conseguimos angariar recursos. Todas às vezes que tivemos soluções únicas e isoladas para atendimento habitacional, tivemos problemas. Então, sempre temos que trabalhar com uma diversidade de ações para habitação, mesmo provisórias. Há diversas possibilidades de atendimento provisório. Então, é muito importante que seja realmente estudada uma forma de atendimento provisório. Uma questão importante é que precisamos de programas que façam atendimento provisório das famílias, de forma definitiva, por exemplo, uma locação social, porque há famílias que não se adaptam à solução definitiva e não conseguem também financiar essa solução definitiva. Então, precisamos, efetivamente, revitalizar as políticas habitacionais, os programas, mais estruturados, e, com isso, poder capitalizar recursos de uma forma mais eficiente. **Dr. Marcelo** - Pela OAB, manifestamos concordância com a proposta, mas, se é de R$ 300,00 para quase R$ 600,00, ou seja, quase 100%, de onde vamos pegar esse orçamento? Até porque não podemos desassistir. Foi falado em vinte e sete mil. Só cresce esse atendimento. Então, precisamos ver de onde vai tirar o dinheiro. E, na parte de orçamento, além dessa questão de IPTU, além de um comprometimento do Prefeito, em buscar, na renegociação da dívida, aquilo que vier a beneficiar a Cidade de São Paulo em 2015, 2016, o quanto disso viria para a nossa causa? E a seguinte reflexão: o que foi feito com os recursos advindos do acréscimo da receita do ITBI? Porque, em março, deste ano, a planta de valor de referência para fins de ITBI teve um aumento substancial. Mais ou menos, quanto foi de acréscimo? Por notícias de jornais, parece que foram mais de R$ 600 milhões acrescentados no Tesouro Municipal. Como isso é ITBI, no mínimo, está de alguma forma nos envolvendo na questão de imóveis. Então, algum Aluguel Social, dá para buscarmos dessa rubrica. **Sra. Maria** - Secretário, acho que alguma coisa não está seguindo aquilo que o senhor disse a dois meses, na outra reunião do Conselho. Falando das 111 famílias, que moravam na Câmara Municipal, e das 314, que foram reintegradas no Alto Alegre, houve aquele acordo dos três níveis de governo, que elas seriam atendidas. Em 2009, os três níveis de governo, aqui, no Martinelli mesmo, assinaram aquele acordo de que aquelas famílias seriam atendidas no Parceria Social e, depois, no definitivo. Há dois meses, o senhor me disse para trazer os nomes, que o Ricardo estava responsável para atender. Trouxe os nomes. Selecionei, peguei cadeirante, quem não tem perna, quem não tem braço, câncer, tudo, e trouxe aqui, para o Ricardo. Dessas 58, Secretário, eu trouxe três: uma cadeirante, que acabou de ganhar nenê, uma senhorinha e uma esquizofrênica. Secretário, trouxe todos os laudos de um ano inteirinho. Quando chega na mesa, a pergunta que é feita é: "Mas como assim um auxílio que você tem? Desse auxílio, o que você compra? Gases? Bolsa?". E aí, Secretário, é muito difícil. Não está se cumprindo aquilo que o Ricardo disse aqui há dois meses! Está difícil! Dos 311 que moraram na Câmara Municipal e que saíram, só foram atendidos 111 com o Parceria Social. Agora, quando as pessoas falam que o Parceria aumenta, lógico que aumenta! Com tanto despejo que está ocorrendo, com tanta reintegração de posse, sem, ao menos, ir lá dentro e saber quem mora no prédio. **Sr. Floriano** - Faça o favor, Nivaldo, e marque uma reunião com ela, pessoalmente, para semana que vem, para tratarmos desse assunto. Pode agendar pessoalmente, comigo. **Sra. Luciana** - Boa tarde. Acho que podemos construir uma resolução que trata de conflitos fundiários com muita tranqüilidade. Agora, queria chamar a atenção porque já é a segunda vez que discutimos resoluções importantes para o CMH e para a política habitacional, que tem um conteúdo de conflitos fundiários, e o GT de conflitos fundiários não se reúne. A Ana Maria teve um esforço na última reunião, mas, na última reunião, estiveram, como conselheiros: eu, Luciana, a Carmen e o representante da COHAB chegou com atraso. E não temos um representante do SEHAB para compor esse GT de conflitos fundiários. Faço um apelo para que SEHAB indique um conselheiro do campo da SEHAB para compor o GT de conflitos fundiários. E que a COHAB também reveja os integrantes que nomeou, para que possamos construir uma proposta de GT de conflitos fundiários. Quero fazer um apelo para que esse GT, e há conselheiros do campo popular que estão inscritos nesse GT, para que possamos nos reunir e discutir esse assunto e de que forma queremos tratar conflitos fundiários na cidade. **Sr. Floriano** - Não sabia que não havia representante da SEHAB. Mas, agora, estou nomeando Dr. Gláucio, que é advogado da Coordenadoria de Regularização Fundiária, para participar desse GT. **Sra. Verônica** - Dito, não sou contra que aumente o aluguel. Só que quero, Secretário, que estabeleçamos um valor teto para o aluguel e critérios para essas famílias participarem do aluguel. Não podemos dizer que uma família mais jovem tem que ter o mesmo direito de uma pessoa com idade. Tem que haver uma seleção. Não estou dizendo que tem que ficar fora. Mas temos que sentar, igual à menina do Centro Gaspar Garcia disse, dentro desse grupo,

do GT de conflitos, e aí contemplar tudo, Dito: conflitos, despejos, incêndio, buracos, raios. Como é que vamos estabelecer critérios? Acho que, do mesmo jeito que sentamos e estabelecemos critérios para o Programa Minha Casa Minha Vida da Prefeitura, temos capacidade, Dito, de formar um programa que fique para o resto da nossa vida, que possamos dizer aqui de quanto em quanto tempo é possível renovar o aumento. Tenho uma senhora idosa que morreu despejada na garagem e não consegui atendimento na Prefeitura. Quer mais do que isso? **Sr. Celso** - Entendo que há dois programas importantes. Existe o programa para aquelas pessoas que vão ter atendimento habitacional definitivo, mas que não podem esperar, até a casa ficar pronta. Existe outro programa para as pessoas que têm necessidade de moradia temporária e não necessariamente vinculada ao acesso a uma moradia definitiva. Precisamos construir um programa de moradia temporária, social, e pautar isso no Brasil inteiro. E São Paulo pode começar a fazer isso. E têm que existir critérios claros e públicos. Então, esses critérios, precisamos discutir com os senhores. Concordo com o prazo de 120 dias para construir isso. Qual a nossa divergência? É a questão do impacto no orçamento. Temos que trabalhar com nossas restrições reais. Concordo com fazer uma proposta de em 120 dias discutirmos os programas e estabelecer critérios. Acho que temos que garantir, com os recursos da Prefeitura, essa continuidade do Parceria neste ano. Não devemos tirar ninguém do Parceria, pelo menos, no prazo de 120 dias, até fazermos essa definição, até construirmos outro desenho. E, havendo esse novo desenho, que, inclusive, vamos aprofundar, dependendo de como vai ser o desenho, de quem vai atender, dos critérios, do tamanho da demanda, daí fazemos uma discussão do valor. Vamos ter o orçamento aprovado, definitivo, vamos saber o orçamento da habitação. E tornamos a discutir com o Conselho o valor, o impacto no orçamento, os critérios de atendimento e de onde vamos tirar o dinheiro. Fazemos um apelo: que se aprove aqui a discussão de 120 dias, para uma discussão do programa, com critérios, e que, nesses 120 dias, ao final, que venhamos aqui, apresentemos uma proposta de critérios, de regras e de valores. **Sr. Abraão** – Não tivemos nenhuma participação na discussão do orçamento. Então, para mim, isso está errado. Se existe um Conselho, esse orçamento tem que ser apresentado, para ser encaminhado à Câmara. E temos força para, no dia 9, irmos lá e questionarmos os Vereadores. Com os conchavos que vão ser feitos na Câmara, esse orçamento talvez caia mais ainda. Outro ponto: o Haddad acaba de fazer convênio com o Governador, passando para as PPPs R$ 448 milhões. Aí temos a Prefeitura que tem um programa habitacional que, com todo o esforço que o Sr. Presidente está tendo, não contempla nem as entidades e nem a cidade como um todo. Por outro lado, o Estado está se contentando, hoje, em passar até vinte mil para as entidades. Esse orçamento deve ter sido apresentado para a Câmara em setembro, em outubro, mais ou menos. Mas só viemos a saber dele agora. Agora, vão vir às justificativas: houve as audiências públicas. Mas há várias audiências que você vai, você chega na Câmara, ou em qualquer lugar, e nem permitem que você fale. Está lá, pronto, acabou. **Sr. Dito** - Celso, no dia 11 de janeiro, o Haddad tomou posse, em 2013. Em janeiro de 2013, os movimentos de moradia fizeram uma jornada de luta em São Paulo e fomos recebidos pelo João Antônio. Acho que o Secretário estava tomando posse, no gabinete do Prefeito. E colocamos dois pontos porque havia problemas das ocupações, do Parceria Social e tudo mais. E o João Antônio disse o seguinte: "Vou formar um grupo de trabalho, inclusive, nomeando representantes dos movimentos, da Frente, das outras articulações da FACESP, para fazer uma triagem, um diagnóstico do Parceria e encontrar e discutir os critérios". Dois anos! Dois anos, Celso Carvalho! Em julho, tomamos posse no Conselho. A primeira solicitação de voto do Conselho foi porque prometemos para as famílias na campanha; fomos a várias comunidades falar que íamos apresentar uma resolução de ajuste do aluguel, porque essa era a reclamação das comunidades. Foi à primeira solicitação de voto que apresentamos e a Dra. Vera conversou conosco, o Secretário falou, e retiramos o voto. Fizemos um grupo de trabalho, uma discussão, fizemos uma proposta. As assistentes sociais, que estavam no GT diziam: "Dito, Júlia, não temos autonomia de nos comprometermos com esse voto. Não podemos fazer isso, não temos autonomia". Mandam as pessoas para ao GT e, depois, as pessoas não têm poder de decisão e de deliberação! Então, nós fizemos o voto, trouxemos para cá, o Secretário marcou uma reunião para o dia 30 de setembro para discutir exclusivamente essa questão. O que aconteceu? Da noite para o dia, desmarcaram a reunião, de cima para baixo no Conselho e ninguém ficou sabendo. Isso é democracia? Isso é discussão coletiva? Isso é transparência? Não é transparência. Então, como conselheiro, junto com a Júlia Moretti, estamos reafirmando nossa posição em favor da atualização. Concordamos com o adendo proposto pelos companheiros do MUHAB, que o Maksuel aqui defendeu; retiramos, conforme combinamos com a Verônica e com a Dona Cida, a questão da recomendação de voto, para fazer uma proposta conciliada, em torno dos conflitos, e pedimos aqui o apoio dos conselheiros e conselheiras ao voto para garantir justiça às famílias que são despejadas. Em relação aos critérios, podemos aprofundar, aprimorar, mas os critérios já estão na portaria, já estão na pactuação feita com a Secretaria de Mulheres e já estão no Parceria. Não precisa mais critérios. **Sra. Maria Isabel** – Em relação ao voto, coloco aqui publicamente que meu voto é favorável, evidentemente. Secretário, está colocado pelo senhor que, até 2016, vai atender as 27 mil famílias. Então, acho que essa programação é muito importante que seja colocada para nós porque é preciso vincular, evidentemente, esse valor do orçamento à programação, que é uma programação não só dos programas que são provisórios ou definitivos, e uma conclusão disso, de como vai se dar, de como esse recurso vai ser utilizado e vai haver uma resposta a vinte e sete mil unidades em dois anos. Para mim isso é um pouco complexo. Acho importante se vai ser daqui a 120 dias, como foi colocado, mas, colocada dessa forma, não consigo, como técnica, entender como isso vai, efetivamente, acontecer. Inclusive, há uma resposta que o Governo tem que dar ao Ministério Público, em relação ao diagnóstico. E a outra coisa que está vinculada a isso também é o diagnóstico. Sem o diagnóstico de como estão essas vinte e sete mil famílias, se é que são vinte e sete mil – de repente, é mais ou menos – é difícil. **Sr. Floriano** - Hoje, estamos com dezessete mil unidades em construção. E vamos priorizar o atendimento das famílias que estão no Aluguel Social, dentro dos critérios federais, municipais etc. Temos mais ou menos nove mil unidades em aprovação rápida de projeto. Todas essas unidades, todo esse programa habitacional, está no site da Secretaria de Habitação, no habisp.inf.br. Está no nosso site. Qualquer um pode consultar e saber o que está em obra. **Sra. Carmen** - Se a cada vez que for solicitado neste Conselho um pedido de voto para ter um atendimento, nós voltarmos atrás por questões de não haver critérios claros, fazemos o que aqui? Porque critérios, para chegar até a votação, já foram elaborados. Inclusive,

Secretário, há dois anos, no dia 11, quando tivemos a reunião com o Prefeito e com o senhor, com os movimentos, lá já foi definido que o Parceria Social, nos termos de antes, não seria renovado, mas, dentro da vulnerabilidade social, que são dois tipos de vulnerabilidade, que é da questão da especulação imobiliária e das áreas de risco, os critérios de risco, o Parceria voltaria sim. Se no orçamento não há dinheiro para 2015, se o orçamento já está todo comprometido, cadê o dinheiro do FUNDURB, do São Vito? Onde está? O companheiro da OAB, falando dos R$ 600 milhões, não cabe nenhum pedaço à Prefeitura, ao município? Cadê esse dinheiro? Falamos sobre a questão dos impostos, que uma das formas de arrecadação é a Fonte 00, que são os impostos. Passamos todos os dias na Rua Boa Vista, há muitos bilhões de impostos. Será que somente, quando se reivindica aqui qualquer coisa para atender ao trabalhador de baixa renda, é que mudamos e têm que haver critérios, critérios, critérios? Então, temos que avaliar essa questão, neste Conselho. Outra coisa: critérios, temos que elaborar sim, sermos bem criteriosos, principalmente, numa cidade sitiada por movimentos ladrões, de exploração. Realmente, temos que definir os critérios e, dentro dos critérios, avaliar quem de fato faz a luta honesta. **Sr. Celso** - Dois bilhões de reais é a previsão que temos hoje. De onde vêm esses R$ 2 bilhões? Dos impostos. Aonde foi o ITBI, aonde foi à parte do Imposto de Renda, aonde foi o ISS? Para esses R$ 2 bilhões. Não é que haja a mais. Não há a mais nesse dinheiro. Que temos que aumentar, concordo. Para aumentar esse recurso, vamos ter que tirar de outro programa habitacional, ou de urbanização de favelas, ou produção habitacional, ou regularização fundiária, e tudo bem. Topamos construir, com o Conselho Municipal de Habitação, de onde vai tirar. Mas, vamos avaliar com mais cuidado. Precisa haver o recurso para moradia temporária, mas precisamos resolver de forma definitiva a carência de habitação no país. A Prefeitura sinaliza que entende e concorda que R$ 300,00 é pouco. Só que hoje não temos condições de falar se é R$ 400,00, se é R$ 500,00 ou R$ 600,00. E a nossa definição aqui não impacta, quer dizer, não é o fato de definirmos uma coisa ou outra que vai mudar o orçamento. O orçamento, quem vai aprovar é a Câmara. E, se ela chegar e falar que para habitação são R$ 2 bilhões mesmo, e resolvermos que vamos ter que colocar mais em Aluguel Social, vamos ter que tirar de outra parte. Então, minha proposta é: vamos ver o que vai aprovar do orçamento e daí tentamos chegar a uma possibilidade de melhora. Estava pedindo 120 dias para fazer essa discussão. E talvez consigamos fazer um acordo aqui e é isso que quero propor: 120 dias para discutir critérios, programas e tal. Primeiro ponto. Segundo ponto: as situações de vulnerabilidade continuam no Parceria Social. E a questão do valor, trazemos para a discussão no dia 16 de dezembro, na próxima reunião do Conselho. Não temos condições de pagar R$ 560,00, sem diminuir as outras áreas de habitação. Então, estamos pedindo vinte dias para vir, chegar e dizer o que conseguimos. Daí vai estar o projeto de orçamento aprovado. Se não chegarmos a um acordo, vamos para a briga. Mas eu ainda acho que existe um espaço antes de brigar. **Sra. Júlia** - Secretário, quantas casas vão ficar prontas no ano de 2015? Se essas famílias vão ser priorizadas, tenho uma redução significativa do número de famílias que estão na fila. Logo, tenho uma folga no orçamento para poder reajustar o valor do aluguel. E não faltam critérios, Celso. Existem critérios, que foram ditados pela própria Prefeitura. E vimos, pelo movimento, pela Sociedade Civil, brigando para trabalhar a melhoria desses critérios há muito tempo. Isso foi tirado de pauta. Esses 120 dias, se tivéssemos votado isso, feito essa conversa há muitos meses, não estaríamos nesse impasse agora. E acho que não basta sinalizar só com palavras. Eu, particularmente, estou querendo um pouco mais de ação, porque, até agora, só vimos famílias sendo despejadas, só vimos famílias terem Parceria Social e ser cortado, o Aluguel Social atrasar e as casas não ficarem prontas. Não podemos deixar essas famílias esperando até o ano que vem. Acho que primeiro reajustamos o aluguel e, depois, utilizamos os critérios. Quem sabe, utilizando os critérios, construindo, nem tenhamos problema orçamentário, porque as pessoas estarão sendo atendidas. **Sra. Mariana** - O Abraão disse que houve pouca participação na discussão do orçamento, que as audiências públicas são esvaziadas. Fico um pouco sensibilizada quando escuto isso porque coordeno a área de gestão de participação no planejamento e no orçamento, Abraão, e fizemos um processo público em nosso conselho, que tem a presença de todos os conselhos. Fizemos um processo imenso de discussão no território. A questão que os senhores colocam aqui, quando vou para lá, escuto do CEU Cidade Ademar, que, se falar que vai tirar recursos de desapropriação, em que as pessoas já não têm recursos para fazer o CEU, elas dão pulo de dez metros. Então, acho que também não podemos desvalorizar os processos que estão sendo feitos na gestão. A questão do ITBI, o valor do recurso já está previsto. Não há nada que não seja previsto. Adoraríamos ter errado na conta da receita, mas não erramos. Em relação aos critérios, Carmen, de fato, existem propostas de critérios, mas não acho que elas sejam consensuais. Por exemplo, vou te falar que a população em situação de rua tem uma demanda muito forte de solução de moradia não definitiva e vamos ter que discutir no Conselho de Habitação também. Então, existem coisas que ainda temos que amadurecer. Não acho que está pronto o suficiente para fazermos uma discussão de uma proposta. E o debate aqui é bastante reflexo disso. Agora, acho que a proposta do Celso é a nossa sinalização de Governo, e acho que daria até para detalhar um pouco nesse sentido, de que não serão 120 dias para fazer o trabalho e voltar para cá. Podemos trabalhar 120 dias e vamos discutindo aqui, dentro do Conselho. Os 120 dias começam agora. E a ideia do dia 16 pode ser justamente de fazermos uma análise de uma proposta em relação ao valor. Porque os senhores estão colocando um valor que nós estamos dizendo que é impraticável, mas podemos vir aqui discutir com os senhores um valor. Em relação aos dados, estão no Habisp. Para mim está bem claro que o Conselho de Habitação tem seu espaço, para fazermos prestação de contas de como está andando, com transparência de planejamento e orçamento, como está andando meta a meta, como está à construção das unidades habitacionais. **Sra. Edinalva** - Em relação aos conflitos fundiários, que tipologia estamos tratando? Porque colocar todo mundo debaixo de um mesmo critério, sinceramente, discordo. Recuso-me a dizer que faço parte de um grupo que incendeia um prédio no centro da cidade botando a estrutura do prédio em dúvida. Isso para mim não é movimento; para mim, é facção criminosa. **Sr. Abraão** – Na verdade, Mariana, não fiz crítica ao trabalho que os senhores realizaram. A minha observação foi que, dessa proposta de orçamento, não tivemos conhecimento aqui, neste Conselho. A apresentação hoje foi boa, mas não tivemos o conhecimento do que iam apresentar. **Sr. Sidnei** - Dito, Júlia, gostaria de pedir, para quem é do GT da área central, que possamos debater dentro do GT da área central o tipo de relação fundiária que têm os movimentos e o Poder Público. Até porque, acho muito ruim, quando falamos em produção habitacional, onde temos o Cineasta, o Asdrúbal do Nascimento, e

outro movimento, sem características legais, não habilitado em nenhum lugar, ocupa um empreendimento que já é destinado à família. Acho que nenhum de nós aqui faria um absurdo desses. Então, que tipo de conflito vamos debater no centro, reforçando o que a Edinalva disse. **Sr. Dito** – Celso, nossa pergunta é: na terça-feira, nos sentamos, os senhores trazem uma proposta de quanto estão sugerindo para esse aumento e construímos uma posição coletiva? É isso que o senhor está falando, Celso? Queremos que essa decisão seja antes do dia 9, antes da audiência pública. Essa é uma alternativa. Porque vai haver uma audiência pública do orçamento e o pessoal está achando que toda essa discussão que estamos fazendo aqui tem que ser construída também junto à Câmara Municipal, considerando que os recursos da rubrica orçamentária lá são de R$ 98 milhões e vamos precisar aumentar a rubrica. Ou o Governo irá fazer essa negociação? Precisamos saber como os senhores estão pensando construir porque não queremos fazer um acordo aqui e, depois, não se sustenta com o aumento do orçamento. **Sr. Celso** - Vai ser votado o orçamento da habitação, aquele de R$ 2,1 bilhões. Desses R$ 2,1 bilhões, há R$ 93 milhões para o Parceria Social. Essa é a proposta do Governo. Se não aumentar isso, para aumentar a locação social, vai ter que diminuir algum outro programa de habitação. O nosso acordo, quanto vamos gastar em locação social, não altera a discussão na Câmara. Não altera o teto do orçamento. Se conseguirmos aumentar o teto do orçamento, temos mais teto para todos os programas. Se diminuir o teto do orçamento, vamos ter que diminuir para todos os programas. Portanto, acho que chegarmos aqui num acordo e a reunião da Câmara são coisas completamente separadas. Agora, em relação àquilo que o Dito perguntou, nos comprometemos a vir aqui, à Prefeitura, e nos reunirmos com o grupo de conselheiros, com todos os conselheiros que quiserem. Já agendamos uma reunião, fazemos discussões e trazemos uma proposta de aumento. Essa proposta de aumento não é R$ 560,00. É uma proposta de aumento, aquilo que dá para rasparmos, o que hoje, do jeito que está o orçamento, não vai inviabilizar, não vai impactar outros programas. Podemos fazer no dia 4, no dia 5. Temos tempo para essa discussão, até o dia 16. Não precisa pautar pela reunião da Câmara. Podemos vir no dia 4, no dia 5, no dia 6. Vamos construindo a nossa agenda. Queremos construir juntos. Nisso, não há problema para nós. Isso aqui é um esforço para chegarmos à reunião do Conselho Municipal de Habitação com um acordo de todos os conselheiros sobre o Programa de Auxílio Aluguel. **Sr. Dito** - Pela primeira vez, o Celso sinalizou que vai haver esse aumento e que há disposição. Porque, ontem, Celso, o acordo era: não há aumento do Auxílio Aluguel. Então, estou aqui colocando a possibilidade de fazermos mais essa discussão, com a garantia de que, no dia 16 de dezembro, votemos. Ali, no fundo, havia várias famílias esperando essa votação, Celso. Não podemos passar do dia 16 de dezembro para tomarmos essa decisão. Aqui, gente, é acordo de cavalheiros, em torno desse processo. Estou sugerindo que essa reunião seja no dia 5 de dezembro. Não podemos chegar no dia 5 de dezembro e os senhores chegarem com uma proposta de R$ 300,00 ou R$ 350,00. Há que ser uma proposta que seja conseqüente. Não vai ser R$ 570,00, mas, também não vai ser R$ 350,00. Tudo bem, Celso? Temos acordo com relação a isso? **Sr. Celso** - Vamos trazer uma proposta. **Sra. Ana Maria** – Dito, uma questão de ordem. Teríamos que mandar esse novo voto para os conselheiros. Como a reunião é no dia 16 de dezembro, tem que ir no dia 6 de dezembro para os Correios. Só se fecharmos um acordo aqui que isso não vai estar dentro da correspondência. **Sr. Dito** - Essa discussão está continuando. **Sr. Maksuel** - É contínua. Exatamente. **Sr. Dito** - Estamos tratando como se esta reunião do Conselho estivesse continuando, para construirmos uma proposta. E ela vai fechar no dia 16. Então, hoje, foi apresentado o voto e esse voto está em discussão. **Sra. Ana Maria** – Por isso estamos colocando essa questão aqui, para todo mundo tomar conhecimento. Está combinado assim. Eles vão fechar entre eles e, no dia 16, vêm para o Conselhão. **Sr. Floriano** - Então, vai ser uma continuidade da reunião, no próximo dia 16. Vamos deixar para o dia 16 a continuidade do assunto, como se hoje não tivéssemos tido tempo para votar. Vamos votar no dia 16. E, dia 5, uma reunião interna para discutir todos os problemas. Todo mundo de acordo, os conselheiros? (Não há manifestação contrária) Então, dia 16, a continuidade desse voto. **Sr. Maksuel** - Conselheiros, o Celso colocou-se à disposição de trazer uma proposta do Governo no intuito de colaborar, acrescer os valores no programa, certo? Essa proposta vai ser amplamente discutida no dia 5, às 14h, com os movimentos. Os movimentos podem aceitar a proposta e fazer as intervenções, como não podem aceitar. A votação não passa do dia 16. É isso que está sendo colocado. **Sr. Floriano** - Como Presidente do Conselho, irei falar e definir: dia 5, uma reunião técnica para o acordo de um novo valor para o Aluguel Social, para o Parceria Social. E esta reunião do Conselho, hoje, se encerra agora. E vai ter continuidade no próximo dia 16, às 14h. Obrigado pela participação de todos. (Encerra-se a reunião).